

REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURIQUE



(MANDATO 2017 – 2021)

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

*Aprovado pela Câmara Municipal
25/10/2017*



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURIQUE

(Mandato 2017-2021)

O Regimento da Câmara Municipal é um instrumento fundamental para regular o funcionamento deste Órgão, de molde a cumprir as competências que a lei determina.

Tendo por base a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que veio introduzir no ordenamento jurídico nacional o novo regime jurídico das autarquias locais, procedendo, designadamente, à revogação da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e de diversas disposições da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, o Regimento da Câmara Municipal de Ourique atende, também, às disposições vigentes da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual e ao Código de Procedimento Administrativo que disciplina alguns aspetos significativos do regime de funcionamento dos órgãos colegiais que devem ser seguidos pelos membros da Câmara Municipal.

O regimento deve ser, por conseguinte, perspectivado como um regulamento de organização e funcionamento de um órgão colegial, no caso, o executivo camarário.

Estas normas regulamentares destinam-se, essencialmente, a organizar o bom funcionamento do aludido órgão municipal, podendo dele constar, entre outras matérias, a forma de justificação de voto, a fixação dos termos em que deve decorrer o período “antes da ordem do dia”, a regulamentação e ou disciplina do “período de intervenção aberto ao público”, e demais normas que se mostrem necessárias ao funcionamento e à participação dos membros que integram o executivo municipal.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e estatui na alínea a) do artigo 39.º que compete à Câmara



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal, no âmbito do seu funcionamento, elaborar e aprovar o Regimento que define o funcionamento da Câmara Municipal.

Assim sendo, no mandato 2017-2021, a organização e funcionamento da Câmara Municipal de Ourique, enquanto Órgão Executivo Colegial rege-se pelo disposto na Lei e no presente Regimento.

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

- Artigo 1.º - Âmbito
- Artigo 2.º - Natureza e composição
- Artigo 3.º - Vereadores a tempo inteiro e a meio tempo
- Artigo 4.º - Alteração da composição
- Artigo 5.º - Reuniões
- Artigo 6.º - Direcção dos Trabalhos
- Artigo 7.º - Ordem do dia
- Artigo 8.º - Quórum
- Artigo 9.º - Faltas e Substituições
- Artigo 10.º - Registo das Reuniões
- Artigo 11.º - Período das reuniões
- Artigo 12.º - Período de "*Antes da Ordem do Dia*"
- Artigo 13.º - Período da "*Ordem do Dia*"
- Artigo 14.º - Período de Intervenção do Público
- Artigo 15.º - Pedidos de Informação e Esclarecimentos
- Artigo 16.º - Exercício do Direito de Defesa
- Artigo 17.º - Protestos
- Artigo 18.º - Votação
- Artigo 19.º - Declaração de Voto
- Artigo 20.º - Impedimentos e suspeições
- Artigo 21.º - Atas
- Artigo 22.º - Publicidade das deliberações
- Artigo 23.º - Interpretação e integração de lacunas
- Artigo 24.º - Alteração
- Artigo 25.º - Direito subsidiário
- Artigo 26.º - Entrada em vigor



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 1.º

Âmbito

O presente Regimento é elaborado ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e destina-se a reger o funcionamento interno da Câmara Municipal, no quadro das normas legais em vigor, de modo a garantir uma participação democrática e cívica dos seus membros e dos cidadãos. -----

Artigo 2.º

Natureza e Composição

A Câmara Municipal de Ourique é o Órgão Executivo Colegial do Município constituído pelo Presidente, que preside e por quatro Vereadores, sendo um dos quais, designado Vice-Presidente ao abrigo do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual. -----

Artigo 3.º

Vereadores a Tempo Inteiro e a Meio Tempo

1. O Presidente da Câmara é coadjuvado pelos vereadores no exercício das suas funções. -----
2. Compete ao Presidente decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo e fixar o seu número até ao limite de um. -----
3. Compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente, fixar o número de Vereadores em regime de tempo inteiro e de meio tempo que exceda os limites previstos no número anterior. -----
4. O Presidente, com respeito pelo disposto nos números anteriores, pode optar pela existência de vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, neste caso correspondendo dois vereadores a meio tempo a um vereador a tempo inteiro. ---
5. Cabe ao Presidente designar os vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, fixar as suas funções e determinar o regime do respetivo exercício. -----



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 4.º

Alteração da composição

No caso de morte, renúncia, suspensão ou perda de mandato de algum membro da Câmara Municipal em efetividade de funções, é chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, nos termos dos artigos 59.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação. -----

Artigo 5.º

Reuniões

1. As reuniões da Câmara Municipal de Ourique realizam-se, habitualmente no Salão Nobre, ou na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Município, conforme assumam a natureza pública ou privada, podendo ainda ocorrer noutros locais do Município, quando assim for deliberado. -----
2. As reuniões da Câmara Municipal serão ordinárias ou extraordinárias, e qualquer delas pode revestir o carácter de Reunião Pública. -----
3. As reuniões extraordinárias não terão carácter público, a menos que seja expressamente decidido pelo Presidente da Câmara. -----
4. A última reunião ordinária de cada mês é pública. -----
5. As reuniões ordinárias terão periodicidade quinzenal, realizando-se às 2.ªs e 4.ªs quartas-feiras de cada mês, passando para o primeiro dia útil imediato, quando coincidam com feriado ou tolerância de ponto, a menos que o Executivo Municipal, expressamente, delibere a sua realização em dia diferente. -----
6. As reuniões ordinárias terão início às 15 horas e final às 18 horas ou quando esgotados os assuntos previstos na ordem do dia, podendo a Câmara deliberar o seu prolongamento pelo período que entender. -----



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

7. Os responsáveis pelos diversos serviços deverão estar presentes nas reuniões da Câmara Municipal, por convocação do Presidente da Câmara, a fim de prestarem os esclarecimentos necessários. -----
8. As alterações ao dia e hora das reuniões devem ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros do órgão com dois dias úteis de antecedência.
9. O disposto no número anterior é objeto de publicitação por edital e deve constar em permanência no sítio da Internet do Município, considerando-se legalmente convocados todos os membros da Câmara Municipal. -----
10. As reuniões da Câmara Municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer categoria de instrumentos de planeamento territorial são sempre públicas. -----
11. O agendamento de propostas para deliberação referentes a processos disciplinares será efetuado unicamente para Reuniões de Câmara não públicas. --

Artigo 6.º

Direcção dos Trabalhos

1. Compete ao Presidente da Câmara abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, assegurando o cumprimento da Lei e a regularidade das deliberações. -----
2. Compete ainda ao Presidente da Câmara suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada, a incluir na ata da reunião. -----
3. Das decisões sobre a direcção dos trabalhos cabe recurso para o plenário, a apreciar imediatamente após a sua interposição. -----
4. Na falta ou impedimento do Presidente, dirigirá a reunião o Vice-Presidente ou, na sua falta, o vereador que ocupe o lugar imediato na lista em que foi eleito o Presidente.-----



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 7.º
Ordem do dia

1. A ordem do dia será entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de **dois dias úteis** sobre a data do início da reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação, com vista a que estes fiquem habilitados a participar na discussão das matérias dela constante. -----
2. Se, em matéria de deliberações inscritas na ordem de trabalhos, faltarem os documentos de suporte necessários e fundamentais à discussão da proposta, deve ser discutida a sua retirada e apresentada de novo em reunião seguinte. -----
3. Os documentos do Orçamento, do Plano de Atividades, da Conta de Gerência e outros considerados extensos, quando solicitados devem ser, também, entregues em suporte de papel.-----

Artigo 8.º
Quórum

1. A Câmara Municipal só poderá reunir e deliberar quando estiver presente a maioria do número legal dos seus membros. -----
2. Se, trinta minutos após o previsto para o início da reunião, não estiver presente a maioria do número legal dos seus membros, configurar-se-á a inexistência de quórum, sendo a reunião cancelada, devendo, desde logo, proceder-se ao registo das presenças e ausências, que dão lugar à marcação de falta, e à elaboração da competente ata de ocorrência. -----
3. Verificando-se a situação prevista no número anterior, o Presidente da Câmara designa, no prazo máximo de 48 horas, outro dia para a realização da nova reunião, que terá a mesma natureza da anterior, e será convocada nos termos previstos no presente Regimento e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
4. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, participar ao

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large 'K' and 'Ae' signature.]



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Ministério Público as faltas injustificadas dos membros da Câmara Municipal,
para os efeitos legais. -----

Artigo 9.º

Faltas e substituições

1. As faltas dadas deverão ser justificadas até ao início da reunião em que se verificaram. -----
2. As faltas às reuniões que não se realizem por inexistência de quórum, serão igualmente marcadas e consideradas para efeitos de eventual perda de mandato.
3. A marcação das faltas e a apreciação das justificações compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do artigo 39.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
4. Os membros da Câmara podem fazer-se substituir nos casos de ausência por períodos até 30 dias, mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, na qual são indicados os respetivos início e fim. -----

Artigo 10.º

Registo das Reuniões

1. De cada reunião ou sessão será efectuado o respectivo registo sonoro, em suporte magnético, e que se destina ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas à análise, discussão, votação e tomada de deliberação sobre os assuntos abordados e, ainda, a auxiliar a elaboração das respectivas actas, quando for o caso. -----
2. Os registos referidos no número anterior serão eliminados logo após a elaboração e consequente aprovação e assinatura das respectivas atas. -----



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 11.º

Períodos das reuniões

1. Em cada reunião ordinária existirão dois períodos: o período ***“Antes da Ordem do Dia”*** e o período da ***“Ordem do Dia”***. -----
2. Quando se tratar de reunião pública, haverá ainda um período de ***“Intervenção do Público”***. -----

Artigo 12.º

Período de *“Antes da Ordem do Dia”*

1. No período ***“Antes da Ordem do Dia”*** não serão tomadas quaisquer deliberações. -----
2. O referido período será apenas utilizado para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----
3. O período de ***“Antes da Ordem do Dia”*** terá a duração máxima de 60 (sessenta) minutos. -----
4. No período de ***“Antes da Ordem do Dia”*** cada membro do executivo não poderá intervir mais que duas vezes por cada assunto. -----
5. A não ser em casos excecionais que mereçam a concordância de pelo menos 2/3 dos presentes, cada membro do executivo só poderá usar da palavra num máximo de 5 minutos por intervenção. -----

Artigo 13.º

Período da *“Ordem do Dia”*

1. O período da ***“Ordem do dia”*** inclui os assuntos que forem indicados pelos membros da Câmara Municipal, desde que sejam da competência desta e o pedido correspondente seja apresentado por escrito, com uma antecedência mínima de ***cinco dias úteis*** ou ***oito dias úteis*** consoante se trate, respetivamente, de uma reunião ordinária ou de uma reunião extraordinária. -----

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "H. H." in black ink.
- Middle right: "K. G." in blue ink.
- Bottom right: A large, stylized signature in black ink.



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

2. Só podem ser objeto de deliberação os assuntos que estiverem incluídos na ordem do dia da reunião. -----

Artigo 14.º

Período de Intervenção do Público

1. O período de *“Intervenção do Público”* tem a duração máxima de 30 minutos.
2. Este período terá lugar, apenas e depois de encerrada a ordem de trabalhos. -----
3. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar. -----
4. O período de intervenção aberto ao público, referido no número um deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder **10 minutos** por cidadão. -----
5. Os cidadãos intervirão por ordem de inscrição, considerando-se inscritos para a reunião ordinária pública seguinte, aqueles que não puderem usar da palavra, por se ter esgotado o referido período de trinta minutos e desde que manifestem expressamente o seu interesse nesse sentido. -----
6. As intervenções só poderão incidir sobre assuntos que se integrem no âmbito das competências do órgão colegial ou dos seus membros. -----
7. A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas (cf., artigo 49.º/4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----
8. A violação do disposto no número anterior é punida com coima de € 150 a € 750, para cuja aplicação é competente o Mm. Juiz de Direito do Juízo de Competência Genérica de Ourique, após participação do Presidente da Câmara Municipal. -----



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 15.º

Pedidos de Informação e Esclarecimentos

Os pedidos de informação e esclarecimento dos membros da Câmara devem ser formulados, sinteticamente, logo que finda a intervenção que os suscitou e restringem-se à matéria em dúvida, assim como às respetivas respostas. -----

Artigo 16.º

Exercício do Direito de Defesa

1. Sempre que um membro da Câmara considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode usar da palavra por tempo não superior a 10 minutos, para a defesa dos seus direitos. -----
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a 10 minutos. -----

Artigo 17.º

Protestos

1. A cada membro da Câmara, sobre a mesma matéria, só é permitido um protesto.
2. A duração do uso da palavra para apresentar o protesto não pode ser superior a 10 minutos.-----
3. Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimentos e às respetivas respostas. -----
4. Não são admitidos contra-protestos. -----

Artigo 18.º

Votação

1. A votação é nominal, salvo se o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação. -----
2. O Presidente da Câmara Municipal vota em último lugar. -----



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

3. As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto, e, em caso de dúvida, o órgão delibera sobre a forma de votação. -----
4. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto, não contando as abstenções para o apuramento da maioria. -----
5. Registando-se empate na votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, caso o empate se mantenha, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação dessa reunião se repetir o empate. -----
6. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido. -----
7. Não poderão estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos. -----

Artigo 19.º
Declaração de Voto

1. Finda a votação e anunciado o resultado, poderá qualquer membro da Câmara apresentar, por escrito, ou ditar para a ata, clara e sucintamente, a sua declaração de voto e as razões que o justifiquem. -----
2. Os membros do órgão podem fazer constar da respetiva ata o seu voto de vencido e as respetivas razões justificativas. -----
3. O registo na ata do voto de vencido exclui o eleito da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação. -----

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including 'Lu', 'AB', and 'Ae']



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

4. Quando se trate de pareceres a emitir para outras entidades, as deliberações serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas. -----

Artigo 20.º

Impedimentos e suspeições

1. Nenhum membro da Câmara Municipal pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo município, nos casos previstos no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo¹ (CPA). -----
2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos artigos 70.º, 71.º e 72.º do CPA. -----
3. Os membros da Câmara devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 73.º do CPA. -----
4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição, aplica-se o regime constante dos artigos 74.º e 75.º do CPA. -----

Artigo 21.º

Atas

1. Será lavrada ata de cada reunião a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o fato de a ata ter sido lida e aprovada. -----
2. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final da reunião, desde que tal seja deliberado pela maioria dos

¹ Cf., o Novo Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série — N.º 4 — 7 de janeiro de 2015.



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou. -----

3. As deliberações da Câmara Municipal só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos do número anterior. -----

Artigo 22.º

Publicidade das deliberações

1. Para além da publicação em Diário da República quando a lei expressamente o determine, as deliberações da Câmara Municipal, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, serão publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto em legislação especial. -----
2. Os atos referidos no número anterior são ainda publicados no sítio da Internet, no Boletim Municipal e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área do Município de Ourique, nos 30 dias subsequentes à sua prática, que reúnam as condições previstas no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 23.º

Interpretação e integração de lacunas

A integração das eventuais lacunas do presente Regimento e as dúvidas suscitadas na interpretação do mesmo serão sujeitas a deliberação da Câmara Municipal, tendo em consideração o disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nas suas redações vigentes, e demais legislação aplicável, exigindo-se, para tanto, a correspondente aprovação pela maioria dos membros presentes. -----

Artigo 24.º

Alteração

1. O presente Regimento só poderá ser alterado pela Câmara Municipal sob proposta de dois terços dos seus membros. -----



MUNICÍPIO DE OURIQUE
CÂMARA MUNICIPAL

2. As alterações ao Regimento deverão ser aprovadas por maioria absoluta, entrando em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.-----
3. O Regimento, com as alterações que lhe forem introduzidas, será objecto de nova publicação, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º do presente regimento. -----

Artigo 25.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente regimento, aplicar-se-á o regime constante do Código do Procedimento Administrativo, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as respetivas alterações vigentes. -----

Artigo 26.º

Entrada em vigor

1. O presente Regimento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Câmara Municipal. -----
2. O Regimento da Câmara Municipal é publicado no Boletim Municipal e no site do Município de Ourique em www.cm-ourique.pt -----

Paços do Município de Ourique, 23 de outubro de 2017

O Presidente da Câmara


/Marcelo David Coelho Guerreiro/


Al.